

## ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	5
LIÇÃO I – HISTÓRIA E FUNDAMENTO DO FENÓMENO JURÍDICO SUCESSÓRIO	7
INTRODUÇÃO	9
1. Evolução histórica do direito das sucessões	9
2. O fundamento da sucessão	11
2.1. O fundamento do fenómeno sucessório	11
2.1.1. A justificação jurídica da sucessão “ <i>mortis causa</i> ”	11
2.1.2. Fundamento último da sucessão	12
2.2. O fundamento do quadro familiar do fenómeno sucessório	12
LIÇÃO II – CONCEITO DE SUCESSÃO	15
INTRODUÇÃO	17
1. A sucessão como aquisição derivada translativa	17
1.1. Conceito de sucessão	17
1.2. Aquisição derivada translativa	18
2. “Sucessão” e “aquisição”: compreensão da sucessão “ <i>mortis causa</i> ” à luz do conceito romanista de “sucessão”. Distinção entre herdeiro e legatário	18
2.1. O conceito romano de sucessão (“ <i>mortis causa</i> ”)	19
2.1.1. O critério legal da sucessão “ <i>mortis causa</i> ”	20
2.2. Critério legal da distinção entre herdeiro e legatário	20

LIÇÃO III – AS VÁRIAS ESPÉCIES DE SUCESSÃO POR MORTE: SUCESSÃO LEGÍTIMA; SUCESSÃO LEGITIMÁRIA; SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA; SUCESSÃO CONTRATUAL. AS FONTES DO DIREITO DAS SUCESSÕES	23
INTRODUÇÃO	25
1. As várias espécies de sucessões por morte	25
1.1. Descrição sumária das espécies de sucessão por morte	25
1.1.1. <i>Sucessão contratual</i>	26
1.2. A família como modelo da sucessão por morte	28
1.3. Regimes de bens dos cônjuges e sucessão	29
1.4. O papel da Mulher	29
2. Fontes do Direito das Sucessões	30
2.1. Fontes de Direito Civil	30
2.2. Fontes “não civis”	30
LIÇÃO IV – A MORTE COMO PRESSUPOSTO DA SUCESSÃO	31
INTRODUÇÃO	33
1. A morte	33
1.1. Noção de morte: como facto natural; como facto jurídico	33
1.2. A morte como determinante da abertura da sucessão. Sucessão das pessoas coletivas	34
1.2.1. <i>Sucessão das pessoas coletivas</i>	34
2. Prova da morte	35
2.1. Morte presumida	35
2.2. Comoriência	36
LIÇÃO V – O PROCESSO SUCESSÓRIO	39
INTRODUÇÃO	41
1. Descrição das diversas fases do processo sucessório	41
2. Análise dos momentos necessários do processo sucessório	42
2.1. Vocação sucessória	42
2.2. Devolução sucessória	43
2.3. Herança jacente	43
2.4. Partilha da herança	43
2.5. Cálculo da legítima	44
2.6. Testamento	44

LIÇÃO VI – ABERTURA DA SUCESSÃO. DESIGNAÇÃO SUCESSÓRIA. VOCAÇÃO SUCESSÓRIA	45
INTRODUÇÃO	47
1. Abertura da sucessão	47
1.1. Conceito de abertura da sucessão	47
1.2. Momento e lugar da abertura da sucessão	47
1.2.1. <i>Momento da abertura da sucessão. Seu significado</i>	47
1.2.2. <i>Lugar da abertura da sucessão</i>	48
2. Vocação e designação sucessórias	49
2.1. Designação sucessória	49
2.2. Vocação sucessória	49
2.2.1. <i>Títulos da vocação sucessória</i>	50
LIÇÃO VII – CONSISTÊNCIA DA DESIGNAÇÃO SUCESSÓRIA	51
INTRODUÇÃO	53
1. Sucessão testamentária e sucessão legítima	53
2. Sucessão legitimária	54
LIÇÃO VIII – PRESSUPOSTOS DA VOCAÇÃO	57
INTRODUÇÃO	59
1. Prevalência da designação sucessória	59
2. Existência e capacidade sucessória do chamado	59
2.1. Existência do chamado: o chamado já há-de existir no momento da vocação: o início da personalidade jurídica	59
2.2. Natureza jurídica da vocação dos nascituros	62
2.3. A jurisprudência: acórdão do STJ de 3 de Abril de 2014 (relator Álvaro Rodrigues)	64
2.4. Natureza jurídica da vocação dos concepturos	68
LIÇÃO IX – PRESSUPOSTOS DA VOCAÇÃO: CAPACIDADE SUCESSÓRIA	71
1. Capacidade sucessória	73
1.1. Momento de referência da capacidade sucessória	73
2. Incapacidade sucessória	74
2.1. Sucessão legítima e sucessão testamentária	75
2.2. Incapacidade das pessoas coletivas	76
2.3. Incapacidades na sucessão legitimária	76

2.4. Declaração de indignidade; deserdação	77
2.5. Reabilitação do indigno e do deserddado	77

LIÇÃO X – MODOS DE VOCAÇÃO 79

INTRODUÇÃO 81

1. Vocação pura e simples, vocação condicional, vocação una e múltipla	81
2. Vocação direta e indireta, originária e subsequente	83
2.1. Direito de representação	83
Noção	83
2.1.1. <i>Fundamento do direito de representação</i>	83
2.1.2. <i>Pressupostos do direito de representação</i>	84
2.1.2.1. Sucessão legal	84
2.1.2.2. Sucessão testamentária	84
2.1.3. <i>Distinção de figuras próximas</i>	85
2.1.3.1. Distinção da representação na prática de atos jurídicos	85
2.1.3.2. Distinção da transmissão do direito de aceitar	86
2.1.3.2.1. <i>Transmissão do direito de aceitar: caracterização</i>	86
2.1.3.2.2. <i>Distinção da transmissão do direito de aceitar</i>	86
2.1.4. <i>Âmbito do direito de representação</i>	87
2.1.4.1. Desigualdade de graus sucessórios	87
2.1.4.2. Igualdade de graus sucessórios com pluralidade de estirpes	88
2.1.4.2.1. <i>Desigualdade do número de membros de cada estirpe</i>	88
2.1.4.2.2. <i>Igualdade de número de membros de cada estirpe</i>	88
2.1.4.2.3. <i>Um único membro de cada estirpe</i>	89
2.1.4.3. Uma estirpe com um só membro	89
2.2. Substituição direta	89
2.3. Direito de acrescer	90
2.3.1. <i>Natureza jurídica do direito de acrescer. Direito de acrescer e direito de não decrescer</i>	90

LIÇÃO XI – CONTEÚDO DA VOCAÇÃO SUCESSÓRIA E OBJETO DA DEVOLUÇÃO SUCESSÓRIA 93

INTRODUÇÃO 95

1. Conteúdo da vocação sucessória	95
1.1. Posição jurídica atribuída ao chamado	95
1.2. Caracterização do direito de aceitar ou de repudiar	96
2. Objeto de devolução sucessória	96
2.1. Princípio geral	96

2.2. Classes de intransmissibilidade	97
2.2.1. <i>Intransmissibilidade natural</i>	97
2.2.2. <i>Intransmissibilidade legal</i>	97
2.2.3. <i>Intransmissibilidade negocial</i>	98

LIÇÃO XII – OBJETO DA DEVOLUÇÃO SUCESSÓRIA HEREDITABILIDADE DO DIREITO DE INDEMNIZAÇÃO	99
INTRODUÇÃO	101
1. Indemnizabilidade dos danos patrimoniais e não patrimoniais e hereditabilidade do respetivo direito	101
1.1. Indemnizabilidade dos danos patrimoniais e hereditabilidade do respetivo direito	101
1.2. Indemnizabilidade dos danos não patrimoniais e hereditabilidade da respetiva indemnização	101
2. O problema da indemnizabilidade do dano da morte, e da hereditabilidade do respetivo direito de indemnização	102
2.1. A indemnizabilidade do dano da morte	102
2.1.1. <i>A vida</i>	102
2.1.2. <i>O direito ao respeito da vida</i>	103
2.2. O dano da morte	105

LIÇÃO XIII – INDEMNIZAÇÃO DO DANO DA MORTE. HEREDITABILIDADE DA INDEMNIZAÇÃO DO DANO DA MORTE	107
1. Indemnizabilidade do dano da morte	109
1.1. Indemnizabilidade do dano da morte “ <i>de iure constituendo</i> ”	109
1.2. A indemnização do dano da morte “ <i>de iure constituto</i> ”	111
1.3. O cálculo da indemnização	112
2. Hereditabilidade da indemnização pelo dano da morte. O enquadramento técnico-jurídico da indemnização e da sua hereditabilidade	114

LIÇÃO XIV – HERANÇA JACENTE E AQUISIÇÃO SUCESSÓRIA	117
INTRODUÇÃO	119
1. Herança jacente	119
1.1. Administração da herança jacente	120
1.2. Personalidade judiciária da herança jacente	120
1.3. Processo cominatório de aceitação ou de repúdio	120

LIÇÕES DE DIREITO DAS SUCESSÕES

2. Aquisição sucessória: aceitação e repúdio da herança	121
2.1. Aceitação da herança	121
2.1.1. <i>Natureza jurídica da aceitação</i>	121
2.1.2. <i>Espécies de aceitação</i>	122
2.1.3. <i>Transmissão do direito de aceitar</i>	123
2.1.4. <i>Caducidade do direito de aceitar</i>	123
2.2. Repúdio da herança	124
2.2.1. <i>Natureza jurídica do repúdio</i>	124
2.2.2. <i>Forma do repúdio</i>	125
3. A aquisição sucessória e a administração da herança	125
3.1. A qualidade de sucessor	125
3.2. A petição da herança	127
3.3. A administração da herança	128
3.3.1. <i>O cabeça-de-casal</i>	128
3.3.2. <i>O testamenteiro</i>	129
4. A aquisição sucessória e a alienação de herança	129

LIÇÃO XV – OS ENCARGOS DA HERANÇA E SUA LIQUIDAÇÃO.  
PARTILHA DA HERANÇA

	131
INTRODUÇÃO	133
1. Encargos da herança e sua liquidação	133
2. Partilha	135
2.1. Direito à partilha	135
2.2. A colação como operação de partilha	136
2.2.1. <i>O cônjuge sobrevivente e a colação</i>	138
2.2.2. <i>A igualação</i>	140

LIÇÃO XVI – O PROCESSO DE INVENTÁRIO

	143
1. Noções gerais	145
2. Processo de inventário	146
2.1. Dívidas	147
2.2. Conferências: preparatória e dos interessados	148
2.3. Inoficiosidade	148
2.4. Partilha	148
2.5. Custas	149

LIÇÃO XVII – SUCESSÃO LEGÍTIMA E LEGITIMÁRIA	151
INTRODUÇÃO	153
1. Sucessão legítima	153
1.1. Pressupostos	153
1.2. Ordem da sucessão legítima. Princípios gerais	154
2. Sucessão legitimária	155
2.1. Noção de legítima. Natureza jurídica da legítima	155
2.2. Sucessíveis legitimários	156
2.2.1. <i>A sucessão do cônjuge</i>	156
2.4. Cálculo da legítima: procedimento	162
2.5. Proteção da legítima	164
2.5.1. <i>Intangibilidade da legítima</i>	164
2.5.2. <i>Cautela sociniana</i>	164
2.5.3. <i>Legado por conta e legado em substituição da legítima</i>	164
2.5.4. <i>Redução por inoficiosidade</i>	165
LIÇÃO XVIII – O TESTAMENTO	169
1. Noção de testamento	171
1.1. Modalidades de testamento	171
1.2. Testamento público e cerrado	172
1.3. Modalidades especiais	172
1.4. Testamento de portugueses em país estrangeiro	173
1.5. Capacidade testamentária	173
1.6. Indisponibilidades sucessórias.	173
2. O testamento – falta da vontade e vícios da vontade	174
2.1. Vícios da vontade	174
2.2. Divergências entre a vontade e a declaração	175
3. Conteúdo do testamento	176
3.1. Generalidades	176
3.2. A instituição de herdeiro e de legatário	176
3.3. O legado	176
3.4. Modalidades de legados	177
ÍNDICE GERAL	179